

## CURRICULUM VITAE

### 1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Marco Rafael Fernandes Caldeira

DATA DE NASCIMENTO: 8 de Junho de 1982

NACIONALIDADE: Portuguesa

NATURALIDADE: Campo Grande, Lisboa

CORREIO ELECTRÓNICO: [marco.caldeira@fd.ul.pt](mailto:marco.caldeira@fd.ul.pt)

### 2. PERCURSO ACADÉMICO

- **(2011)** Admitido à preparação de dissertação de Doutoramento em Direito (menção de Ciências Jurídico-Políticas) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor PAULO OTERO.
- **(2010)** Conclusão da parte curricular do Curso de Mestrado Científico (menção de Ciências Jurídico-Políticas) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a média final de 17 valores.
- **(2008)** Pós-Graduação em Justiça Administrativa e Fiscal, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e de Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a informação final de “Muito Bom”.
- **(2007)** Pós-Graduação em Direito dos Contratos Públicos, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação final de 17 valores.
- **(2007)** Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros, com a classificação final de 15 valores.

- **(2005)** Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a média final de 16 valores.
- **(2000)** Conclusão do Ensino Secundário (Agrupamento Humanidades) na Escola Secundária de Caneças (concelho de Odivelas), com a média final de 18 valores.

### 3. PERCURSO PROFISSIONAL

- **(Desde 2014)** Árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).
- **(Desde 2013)** Assistente Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Grupo de Ciências Jurídico-Políticas).
- **(Desde 2013)** Investigador do Centro de Investigação de Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2008 – até ao presente)** Advogado.
- **(2005 – 2008)** Estágio de advocacia.

### 4. PUBLICAÇÕES ACADÉMICAS

#### 4.1. MONOGRAFIAS

- **(2016)** *Questões fundamentais para a aplicação do CPA*, Almedina, Coimbra, 2016 (em co-autoria com ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO, TIAGO SERRÃO e JOSÉ DUARTE COIMBRA).
- **(2016)** *O "poder neutro" de Benjamin Constant e o constitucionalismo Português*, Chiado Editora, Lisboa, 2016.
- **(2014)** *Actos Políticos, Direitos Fundamentais e Constituição*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2014.

#### 4.2. ARTIGOS

- **(2017)** “«Sim, Senhor Ministro»... – Sobre o estatuto dos Ministros na Constituição de 1976”, in AA.VV., *Estudos de Advocacia em Homenagem a Vasco Vieira de Almeida*, Almedina, Coimbra, 2017, páginas 523 a 555.

- **(2017)** “Nos 40 anos da Constituição: Maturidade ou decrepitude do sistema político?”, in *e-Pública*, Volume 3, n.º 3, Dezembro de 2016, páginas 67 a 94 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
- **(2017)** “A centralização das compras públicas: a propósito (mas não só...) das Directivas de 2014”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 14 (Maio-Agosto de 2014), 2017, páginas 19 a 44.
- **(2017)** “O “novo” contencioso pré-contratual (tópicos desenvolvidos para uma intervenção)”, in AA.VV., *Contencioso Pré-Contratual*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, Fevereiro de 2017, páginas 19 a 50 (disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook\\_administrativo\\_fiscal.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_administrativo_fiscal.php)).
- **(2017)** Anotação ao artigo 4.º do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, in AA.VV., *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas: Comentários à Luz da Jurisprudência*, AAFDL, Lisboa, 2017, páginas 295 a 345.
- **(2016)** “Revisitando as nulidades urbanísticas, à luz do novo CPA”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, LVII, 2016/2, páginas 195 a 213.
- **(2016)** “O novo regime dos erros e omissões no anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos”, in AA.VV., *Atas da Conferência “A Revisão do Código dos Contratos Públicos”*, ICJP, Dezembro de 2016, páginas 143 a 158 (disponível em [www.icjp.pt](http://www.icjp.pt)).
- **(2016)** “Da composição constitucional do Conselho de Estado”, in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real*, Almedina, Coimbra, 2016, páginas 679 a 701.
- **(2016)** “Os Acordos-Quadro nas Directivas de 2014 sobre contratação pública”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 13, 2016, páginas 143 a 166.
- **(2016)** “O Contencioso Administrativo da Concessão e Perda do(s) Direito(s) à Protecção Internacional (Asilo e Protecção Subsidiária)”, in AA.VV., *O Contencioso do Direito de Asilo e Protecção Subsidiária*, Centro de Estudos Judiciários, 2016, páginas 217 a 261 (em co-autoria com CARLA AMADO GOMES, JOSÉ DUARTE COIMBRA e FRANCISCO ABREU DUARTE) (disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook\\_administrativo\\_fiscal.php](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_administrativo_fiscal.php));
- **(2016)** “Da exclusão por incumprimento de contrato(s) anterior(es) à luz das novas Directivas em matéria de contratação pública”, in AA.VV., *Liber Amicorum Manuel Simas Santos* (coord. ANDRÉ PAULINO PITON e ANA TERESA CARNEIRO), Rei dos Livros, Carcavelos, 2016, páginas 893 a 919 (em co-autoria com JULIANA BRAZ MIMOSO).

- **(2016)** “Em torno de uma novidade na contagem dos prazos de impugnação – da nova alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º do CPTA”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 7, Abril de 2016 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
- **(2016)** “A impugnação de actos no novo CPTA: âmbito, delimitação e pressupostos”, in AA.VV., *Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA* (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2016, páginas 245 a 275.
- **(2015)** “Brevíssimos tópicos sobre a aplicação da lei no tempo – A propósito da revisão do CPTA e do “novo” regime do contencioso pré-contratual”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 6, Dezembro de 2015 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
- **(2015)** “As arbitragens pré-contratuais no Direito Administrativo português: entre a novidade e o risco de inefectividade”, in AA.VV., *Arbitragem e Direito Público* (coord. CARLA AMADO GOMES, DOMINGOS SOARES FARINHO e RICARDO PEDRO), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2015, páginas 289 a 329 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO).
- **(2015)** “Do novo regime da responsabilidade administrativa por violação de normas urbanísticas”, in AA.VV., *Estudos em Homenagem a Rui Machete* (org. PAULO OTERO, CARLA AMADO GOMES e TIAGO SERRÃO), Almedina, Coimbra, 2015, páginas 1079 a 1098 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO).
- **(2015)** “Breves reflexões sobre a transposição das Directivas de contratação pública de 2014: precisaremos de um novo Código dos Contratos Públicos?”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 5, Julho de 2015 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
- **(2015)** “De volta às reclamações para a conferência: (um)a decisão constitucionalmente adequada”, in *O Direito*, Ano 147.º, I, 2015, páginas 213 a 228 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO).
- **(2015)** “A figura da “anulação administrativa” no novo Código do Procedimento Administrativo de 2015”, in AA.VV., *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA

- FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), 2.<sup>a</sup> edição, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2015, páginas 1033 a 1070.
- **(2014)** “Instituições de Ensino Superior e Sistema Nacional de Compras Públicas (Observações sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas)”, in AA.VV., *Para Jorge Leite – Escritos Jurídicos*, Volume II (coord. JOÃO REIS, LEAL AMADO, LIBERAL FERNANDES e REGINA REDINHA), Coimbra Editora, Coimbra, 2014, páginas 79 a 97.
  - **(2014)** “Da imparcialidade dos júris na contratação pública: o caso recente das incompatibilidades no sector da saúde”, in *O Direito*, Ano 146.<sup>o</sup>, III, Almedina, Coimbra, 2014, páginas 717 a 735.
  - **(2014)** “«Um por todos...» ou «Juntos até que a morte os separe»? Agrupamentos e litisconsórcio no contencioso pré-contratual”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 107, Setembro/Outubro de 2014, páginas 8 a 22.
  - **(2014)** “Novidades no domínio do contencioso pré-contratual”, in AA.VV., *O Anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate* (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2014, páginas 149 a 178.
  - **(2014)** “As providências cautelares pré-contratuais no projecto de revisão do CPTA”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 2, Junho de 2014 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
  - **(2014)** “Direito Constitucional em tempos de crise”, in *Revista Jurídica*, n.º 28, Ano XXXV, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, Janeiro/Fevereiro/Março de 2014, páginas 139 a 169 (disponível em [www.aafdl.pt](http://www.aafdl.pt)).
  - **(2014)** “Contratos públicos, caução e Tribunais Administrativos – Breve apontamento sobre a jurisdição competente”, in *e-Pública – Revista Eletrónica de Direito Público*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1, Janeiro de 2014 (disponível em [www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt)).
  - **(2014)** “As reclamações para a conferência na jurisprudência administrativa: análise crítica”, in *O Direito*, Ano 145.<sup>o</sup>, III, Almedina, Coimbra, 2013, páginas 641 a 661 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO).

- **(2014)** “A pena de morte como último reduto da soberania do Estado? O argumento político de PIERRE MANENT”, in *Themis*, Ano XII, n.ºs 22/23, 2012, páginas 285 a 290.
- **(2013)** “Um caso de «arrependimento» da Administração antes da celebração do contrato”, in AA.VV., *Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas: Anotações de Jurisprudência* (coord. CARLA AMADO GOMES e TIAGO SERRÃO), e-book editado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Outubro de 2013, páginas 99 a 116 (disponível em [www.icjp.pt](http://www.icjp.pt)).
- **(2013)** “Da legitimidade activa no contencioso pré-contratual – em especial, os pedidos impugnatórios baseados na ilegalidade das peças procedimentais”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 34, n.º 134, Abril/Junho de 2013, páginas 275 a 310.
- **(2013)** “A limitação de mandatos executivos autárquicos: uma limitação absoluta”, in *Direito&Política*, n.º 4, Julho/Outubro de 2013, páginas 80 a 91 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO).
- **(2013)** “Sobre a consagração da denominada «regra de ouro» no ordenamento jurídico português”, in *Direito&Política*, n.º 3, Abril/Junho de 2013, páginas 40 a 70.
- **(2013)** “Sobre a caducidade da adjudicação no Código dos Contratos Públicos”, in AA.VV., *Estudos de Contratação Pública – IV* (org. PEDRO COSTA GONÇALVES), Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Wolters Kluwer/Coimbra Editora, Coimbra, 2013, páginas 447 a 485.
- **(2012)** “A soberania popular em JEAN-JACQUES ROUSSEAU e em BENJAMIN CONSTANT: duas visões (assim tão) diferentes?”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Volume LI, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 2010, páginas 527 a 572.
- **(2011)** “O fim da impugnação unitária no contencioso pré-contratual? A propósito do Acórdão do STA de 27.01.2011”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 32, n.º 126, Abril-Junho de 2011, páginas 255 a 272.
- **(2011)** “Impugnações administrativas e contencioso pré-contratual urgente – um olhar sobre a jurisprudência”, in *Publicações CEDIPRE ONLINE – 6*, Coimbra, Março de 2011 (disponível em [www.cedipre.fd.uc.pt](http://www.cedipre.fd.uc.pt)).
- **(2008)** “Adjudicação e Exigibilidade Judicial da Celebração do Contrato Administrativo”, in *O Direito*, Ano 140.º, III, Almedina, Coimbra, 2008, páginas 697 a 728.

#### 4.3. OPINIÃO

- **(2015)** “A «nova Constituição» e o poder político”, in *Observador*, Maio de 2015 (disponível em <http://observador.pt/opiniao/a-nova-constituicao-e-o-poder-politico/>).
- **(2015)** “Uma luz ao fundo do «túnel» das reclamações para a conferência”, *Advocatus*, Ano V, n.º 62, Maio de 2015, página 42 (em co-autoria com TIAGO SERRÃO) (também disponível em <http://www.advocatus.pt/opini%C3%A3o/11665-uma-luz-ao-fundo-do-%E2%80%9Ct%C3%BAnel%E2%80%9D-das-reclama%C3%A7%C3%B5es-para-a-confer%C3%Aancia.html>).
- **(2015)** “A César o que é de César... O «novo» princípio da boa administração à luz da separação de poderes”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 125, Abril de 2015, páginas 46 e 47 (também disponível em <http://www.oa.pt/Publicacoes/Boletim/default.aspx?idc=30777&idsc=100033>).
- **(2013)** “Quais os limites ao dever de solidariedade entre membros de um governo de coligação?”, in *Direito&Política*, n.º 4, Julho/Outubro de 2013, páginas 122 e 123.
- **(2013)** “O efeito dos recursos nos processos cautelares administrativos”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 101/102, Lisboa, Abril/Maio de 2013, páginas 50 e 51 (também disponível em <http://www.oa.pt/Publicacoes/Boletim/default.aspx?idc=30777&idsc=100033&ida=126769>).

#### 4.4. TEXTOS E MATERIAL PEDAGÓGICO

- **(2013)** *Direito dos Contratos Públicos – Elementos de Estudo*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2013 (em co-autoria com ALEXANDRA LEITÃO e JOANA SOUSA LOUREIRO).

### 5. INTERVENÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÕES, CONFERÊNCIAS E ACÇÕES DE FORMAÇÃO

#### 5.1. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

- **(2017)** “Direito da Contratação Pública”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- **(2017)** “Contencioso Administrativo e Direito e Contencioso Tributário”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2017)** “Gestão e Avaliação Imobiliária”, no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- **(2016)** “Direito do Setor Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2016)** “Direito da Contratação Pública”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2016)** “Contencioso Administrativo e Direito e Contencioso Tributário”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2016)** “Gestão e Avaliação Imobiliária”, no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- **(2015)** “Patrocínio Judiciário e Representação do Estado em Juízo”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2015)** “Direito da Contratação Pública”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2015)** “Gestão e Avaliação Imobiliária”, no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- **(2014)** “Contratos Públicos em Especial”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2013)** “As novas Directivas da Contratação Pública”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## **5.2. CONFERÊNCIAS**

- **(2017)** “O Tribunal de Contas e os contratos públicos”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2017)** “O (novo) Código do Procedimento Administrativo: dois anos de vigência”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.

- **(2017)** “Colóquio comemorativo do 2.º aniversário do CPA”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- **(2016)** “II Congresso Internacional de Compras Públicas”, no Centro de Congressos de Talatona, Luanda, Angola.
- **(2016)** “III Congresso Almedina de Direito Administrativo”, no Hotel Altis, em Lisboa.
- **(2016)** “Arbitragem em Direito Público”, no Centro de Arbitragem Administrativa, em Lisboa.
- **(2016)** “O Anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos em análise”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- **(2016)** “Jornadas sobre o Projeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos”, na Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa).
- **(2016)** “Advento de uma Reforma: visões sobre as Diretivas ‘Contratos Públicos’ na antecâmara da sua Transposição”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- **(2016)** “X Conferência Jurídica – O Novo Contencioso Administrativo”, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.
- **(2016)** “Temas de procedimento e contencioso administrativo – em especial as impugnações administrativas”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- **(2016)** “O novo contencioso pré-contratual”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados (duas edições).
- **(2015)** “As implicações do novo Código do Procedimento Administrativo sobre o Código dos Contratos Públicos”, no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- **(2015)** “II Congresso Almedina de Direito Administrativo”, no Hotel Altis, em Lisboa.
- **(2015)** “Seminário sobre o Código do Procedimento Administrativo”, na Inspeção-Geral da Educação e Ciência.
- **(2014)** “Conferência de Lisboa sobre Direitos Sociais em Comemoração do 70.º Aniversário da «Second Bill of Rights»”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2014)** “A Reforma do Direito Processual Administrativo”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

### **5.3. ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

- **(2016)** “Curso breve sobre as alterações ao CPTA”, no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- **(2015)** “O Contencioso Administrativo”, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas.
- **(2015)** “O Novo Código do Procedimento Administrativo”, nos Serviços Sociais da Administração Pública.
- **(2015)** “O Código do Procedimento Administrativo”, no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- **(2015)** “Novo Código do Procedimento Administrativo”, no Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- **(2015)** “Novo Código do Procedimento Administrativo”, no ICP- ANACOM.
- **(2015)** “Novo Código do Procedimento Administrativo”, na Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).
- **(2014)** Orador na acção de formação intitulada “Ministério Público na Justiça Administrativa”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários.
- **(2014)** Formador no módulo de Contratação Pública na formação para a obtenção do “Diploma de Especialização em Assuntos Jurídico-Administrativos – DEAJA”, organizada pela Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).
- **(2014)** Formador na formação sobre “O Contencioso Administrativo”, organizada pela Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).
- **(2008 – 2009)** Orador em diversas acções de formação, a entidades públicas e privadas, sobre o Código dos Contratos Públicos, organizadas pela F. Castelo Branco & Associados – Sociedade de Advogados, RL.

#### **5.4. OUTROS CURSOS OU EVENTOS**

- **(2017)** II *Moot Court* de Direito Administrativo, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2016)** Debate público sobre o anteprojeto de revisão do Código dos Contratos Públicos, com intervenção subordinada ao tema “Novo regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, novo regime de esclarecimentos e suprimento de propostas e candidaturas”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- **(2016)** Curso Intensivo “Análise e avaliação de propostas em procedimentos de contratação pública: perspetivas jurídica e de gestão”, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa).
- **(2016)** 2.º Curso de Extensão Universitária de “Contratação pública e concorrência”, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- **(2015)** AD URBEM – Encontro Anual de 2015, em Leiria.
- **(2015)** *Moot Court* de Direito Administrativo, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2015)** Curso Intensivo sobre o Código do Procedimento Administrativo, na Escola de Direito da Universidade do Minho.
- **(2015)** “A Centralização das Compras Públicas – Questões Atuais”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2014)** Membro de júri na “ELSA Portugal National Moot Court Competition” de Direito Administrativo 2014, organizado pela ELSA Portugal e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- **(2012)** Orador no Curso de Especialização sobre “Temas de Direito Administrativo”, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários.

## 6. PRÉMIOS E DISTINÇÕES

- **(2012)** Vencedor do “Prémio em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda”, promovido pela Associação de Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## 7. ASSOCIAÇÕES

- **(2015 – até ao presente)** Association Benjamin Constant (Lausanne).
- **(2011 – até ao presente)** APMEP – Associação Portuguesa dos Mercados Públicos.
- **(2011 – até ao presente)** Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa.
- **(2009 – até ao presente)** AD URBEM – Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção.

**Lisboa, 20 de Junho de 2017**